

**INFORMATIVO ESPECIAL**

Saúde e qualidade de vida no trabalho



Abril, 2024

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte e respectiva autoria.

**Organização e revisão:** Equipe Biblioteca do Tribunal

**Capa e projeto gráfico:**

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4)  
Escola Judicial  
Biblioteca do Tribunal  
Av. Praia de Belas, 1432, Prédio III, 3º andar  
90110-904 – Porto Alegre – RS

**Contatos da Biblioteca:** Fone: (51) 3255.2089, e-mail: biblioteca@trt4.jus.br

**Sugestões são aceitas por e-mail.**

Versão digital disponível no site do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região:  
<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/EscolaJudicial/biblioteca/AcervoDigital>

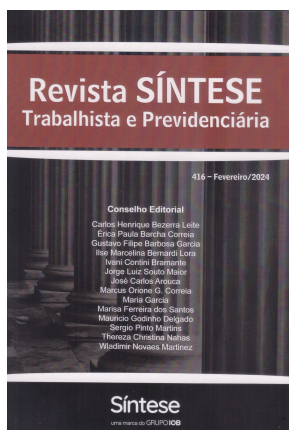
## APRESENTAÇÃO

O objetivo desta publicação é disponibilizar fontes de informação que contribuam para a ampliação dos conhecimentos a respeito de temas atuais.

Para composição desta bibliografia, foram utilizadas as seguintes fontes de informação: Catálogo da Biblioteca do TRT4. A Bibliografia reúne documentos de doutrina sobre o tema em destaque. As ideias e opiniões expostas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores e não refletem a opinião do TRT4.

Os textos de acesso restrito podem ser solicitados pelo e-mail [biblioteca@trt4.jus.br](mailto:biblioteca@trt4.jus.br).

## DOCTRINA



ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de; MARCHIORI, Flávia Moreira. Saúde mental e qualidade de vida no trabalho. **Revista Síntese: trabalhista e previdenciária**. São Paulo, v. 24, n. 299, p. 108-122, maio 2014.

**Resumo:** Analisa as situações que provocam sofrimento e adoecimento, afetando a saúde física e mental dos trabalhadores e, por consequência, a sua produtividade relacionada ao trabalho. À luz de estudos jurídicos e psicológicos, abordam-se aqui a saúde mental no trabalho e as consequências do adoecimento psíquico para os trabalhadores, listando-se algumas das principais manifestações contemporâneas de sofrimentos provocados por violência, estresse e assédio nas relações de trabalho.

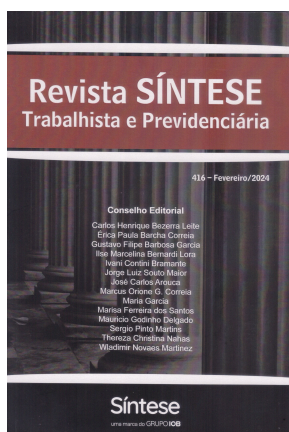
(Documento de acesso restrito, disponível através de contato com a Biblioteca do TRT4).



BARRETO, Clessiene Cuzzuol Nunes; LEITE, Carlos Henrique Bezerra. O teletrabalho e os direitos fundamentais do trabalhador ao descanso e à sadia qualidade de vida. **Revista Magister de Direito do Trabalho**, Porto Alegre, v.19, n. 114, p. 62-80, maio/jun. 2023.

**Resumo:** Este artigo propõe uma análise do teletrabalho como uma das formas de trabalho flexível que permite ao trabalhador prestar serviços fora das dependências do empregador com a utilização das tecnologias de informação e comunicação disponíveis, regulamentado pela Lei nº 13.467/2017, conhecida como reforma trabalhista, conforme redação dos arts. 62, III, e 75-A a 75-E da CLT. A questão que se apresenta é se o teletrabalho regulamentado pela lei da reforma trabalhista pode implicar violação aos direitos fundamentais do trabalho, ao descanso e à sadia qualidade de vida. Analisar-se-á o teletrabalho na perspectiva do avanço tecnológico da economia capitalista., das disposições legislativas que tutelam os direitos fundamentais do trabalhador, analisando os princípios e normas constitucionais e trabalhistas aparentemente violados por esta nova modalidade de trabalho. Utiliza-se o método dialético para análise das disposições da reforma trabalhista numa visão de totalidade, desenvolvendo uma pesquisa bibliográfica e documental, com base na legislação nacional, doutrina e normas jurídicas internacionais atinentes à matéria. Por fim, à luz dos princípios da proibição de retrocesso social e da dignidade da pessoa humana, conclui-se que os dispositivos que regulamentam o teletrabalho no Brasil violam direitos fundamentais do trabalhador ao descanso e à sadia qualidade de vida.

(Documento de acesso restrito, disponível através de contato com a Biblioteca do TRT4)



CURIA, Felipe Martins Brasiliense de Souza. A proteção especial dispensada à empregada gestante e ao nascituro pelo risco de contágio do coronavírus: aplicabilidade prática da Lei federal n. 14.151/2021 à luz do princípio da proteção, da dignidade da pessoa humana, e as possíveis consequências jurídicas. **Revista Síntese: trabalhista e previdenciária**. São Paulo, v. 32, n. 385, p. 23-41, jul. 2021

**Resumo:** O objetivo do presente texto é analisar a proteção especial dada à empregada gestante brasileira e ao nascituro em razão da publicação da Lei Federal nº 14.151/2021, compreendendo que as normas dela extraídas trata-se de uma expressão do princípio da dignidade da pessoa humana que trabalha, do princípio da proteção do trabalhador e da realização do direito à saúde e à vida digna da gestante e do nascituro, analisando-se, também, as implicações e as consequências práticas provocadas pela lei.

(Documento de acesso restrito, disponível através de contato com a Biblioteca do TRT4)



MELO, Sandro Nahmias. O direito à sadia qualidade de vida dos trabalhadores de aplicativos. **Revista Magister de Direito do Trabalho**, Porto Alegre, v. 18, n. 108, p. 5-25, maio/jun. 2022

**Resumo:** O mundo do trabalho mudou. Teve seus elementos – materiais e, em especial, imateriais – ampliados e alterados pelos avanços tecnológicos. Essas mudanças, imperioso registrar, foram aceleradas e multiplicadas no período pandêmico da Covid-19, em cenário no qual ocorreu, de forma exponencial, o crescimento do labor por trabalhadores de aplicativos. Nesse particular, a ideia de total autonomia dos trabalhadores vinculados às plataformas de prestação de serviços não se coaduna com a realidade atual da economia de compartilhamento. Algoritmos desenvolvidos para gerenciar o trabalho humano priorizam as metas das plataformas de serviços, sem considerar os custos materiais e pessoais do trabalhador. Defende-se, neste ensaio, que o trabalhador de aplicativo não é sujeito desprovido de direitos, ainda que considerado autônomo. Ao contrário, faz jus a um piso vital mínimo de direitos, entre eles, e com destaque, o direito à sadia qualidade de vida no meio ambiente do trabalho.

(Documento de acesso restrito, disponível através de contato com a Biblioteca do TRT4)



NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso. Em busca do trabalho decente: o meio ambiente do trabalho como mínimo existencial para trabalhador. **Revista Fórum Trabalhista: RFT**. Belo Horizonte, v. 11, n. 47, p. 123-138, out./nov.2022.

**Resumo:** O presente estudo trata da temática do trabalho decente propugnado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A escolha do tema se justifica em face da busca em implementar o trabalho decente como oitavo objetivo de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030. A pesquisa em tela, fazendo uso de uma metodologia de análise qualitativa, usando-se os métodos de abordagem hipotético-dedutivos de caráter descritivo e analítico, adotando-se técnica de pesquisa bibliográfica e documental, em que se visita a legislação, a doutrina e a jurisprudência, tem por desiderato analisar a regra constitucional que impõe o dever de assegurar o meio ambiente do trabalho sadio como mínimo existencial e pressuposto à consecução do trabalho decente.

(Documento de acesso restrito, disponível através de contato com a Biblioteca do TRT4)



SCALA, Aymina Nathana Brandão Madeiro; KÖLLING, Gabrielle Jacobi; CAMARA, Maria Amália Oliveira de Arruda. *Work life balance*, saúde mental do teletrabalhador e sua relação com o desenvolvimento sustentável. **Revista Magister de Direito do Trabalho**, Porto Alegre, v. 19, n. 110, p. 105-115, set./out. 2022.

**Resumo:** A sociedade digital demanda que os indivíduos estejam em constante contato com as TICs, inteligência artificial e internet das coisas, exigindo atualização e capacidade de aprendizado dinâmico. Oportuno lançar um olhar atento à seara trabalhista, uma vez que uma nova modalidade de relação de trabalho se fortalece, a qual pode não ser absolutamente profícua ao trabalhador.

(Documento de acesso restrito, disponível através de contato com a Biblioteca do TRT4)



VASCONCELOS, Livia Garcia. Da necessidade da promoção do bem-estar organizacional e qualidade de vida dos trabalhadores como integrantes da responsabilidade social das empresas: utopia ou realidade. **Revista Fórum Trabalhista: RFT**. Belo Horizonte, v. 11, n. 47, p. 65-80, out./nov.2022.

**Resumo:** O presente trabalho tem como problemática central a questão do bem-estar organizacional e qualidade de vida dos trabalhadores integrar a responsabilidade social das empresas conforme vários dispositivos legais nacionais e internacionais. Assim, o objetivo geral é demonstrar que a preocupação e implantação de tais elementos no ambiente do trabalho já é uma

realidade, embora enfrente alguns obstáculos de diversas ordens. Quanto aos métodos adotados, utilizamos o qualitativo, no sentido de procurar descrever e explicar os fenômenos correlacionados ao objeto de estudo do Trabalho de Conclusão de Curso, através, sobretudo, da pesquisa bibliográfica. A metodologia quantitativa foi usada mediante observações e coleta de dados presentes em artigos de revistas conceituadas, e formuladas por órgãos oficiais. Dentre os resultados mais relevantes que se destacam são o aumento da produtividade, a retenção de talentos, e diminuição das doenças mentais relacionadas ao estresse no labor nas empresas em que o bem-estar organizacional é respeitado. Por fim, as conclusões de maior ênfase se dão no sentido de confirmar que a atuação das empresas tem não somente impacto econômico, mas também social, e elas deverão ser responsáveis por isso nos termos da lei.

(Documento de acesso restrito, disponível através de contato com a Biblioteca do TRT4)